

ESPAÇO ABERTO

Farol alto

Bolívar Lamounier

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com

O fato que narro a seguir ocorreu no segundo semestre de 1983, no Rio de Janeiro, numa sala espaçosa do terceiro andar do Hotel Ouro Verde.

Um grupo de amigos – literatos, políticos, jornalistas – convidou Franco Montoro, governador de São Paulo, para um bate-papo. Com seu insuperável bom humor, Montoro cumprimentou-os um por um e se propôs a fazer uma exposição sobre seu governo. Começou pelas valiosas contribuições que recebia de Dona Lucy, sua esposa, e prosseguiu discorrendo sobre seus projetos: hortas comunitárias, a até então esquecida área das estradas vicinais e por aí fora. A certa altura, foi interpellado pelo saudoso Otto Lara Resende: “Farol alto, governador, farol alto”. Durante a risadinha que se seguiu, coisa de um minuto, Montoro não deixou a bola cair: engatou a terceira nos grandes problemas do País, no moribundo arbítrio militar, nos projetos “faraônicos” da era Geisel, que haviam aberto as portas do País para a

“década perdida” – e, claro, foi efusivamente aplaudido.

Aquela altura, Dante de Oliveira, deputado federal pelo Mato Grosso, vinha solitariamente cogitando uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tornaria direto o processo sucessório do general João Baptista Figueiredo, cujo mandato expiraria no final de 1984. Proposta moderada, já se vê, pois tinha em vista apenas o pleito posterior à saída de Figueiredo. O assunto rarissimamente aparecia na imprensa escrita e nunca, *ça va sans dire*, na Rede Globo. Mas, como certa vez sentenciou uma ilustre figura da política nacional, “o futuro a Deus pertence”. E tanto isso é verdade que a reunião do Hotel Ouro Verde foi a sementinha que, paulatinamente, deu origem à campanha das Diretas Já, o maior movimento de massas que o Brasil conheceu, cujo ponto culminante viria a ser o colossais comício realizado na Praça da Sé no dia 25 de abril de 1984.

Nesta altura, é oportuno recordar que os três principais governos estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) haviam passado às mãos

Se cada cidadão dotado de recursos se dispuser a participar mais e substituir nossos amebianos partidos, o futuro quiçá nos seja relativamente ameno

de candidatos de oposição (o próprio Montoro, Tancredo Neves e Leonel Brizola) na eleição de 1982. Associada ao elevado nível de fermentação criado pela campanha das Diretas Já e aos desastres do endividamento externo e da “década perdida” engendraram

pela quimera da *industrialização em marcha* forçada por Ernesto Geisel, antecessor de Figueiredo na Presidência, a referida mudança nos três principais governos estaduais alterou a realidade política do País, que se converteu, como acertadamente diagnosticou o cientista político Juan Linz, numa “instável diarquia”, que não se poderia manter dentro de um quadro institucional normal.

A Emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso, mas a lucidez de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e outros obteve apoio de massas para reorientar o movimento. Se a negativa do Congresso fechou o caminho da eleição direta, o enfrentamento seria levado à cova dos leões, ou seja, ao próprio Colégio Eleitoral que os militares haviam estabelecido 21 anos antes com o objetivo de blindar o acesso à Presidência por alguma oposição (no caso, o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB). E foi lá, com efeito, que Tancredo Neves bateu Paulo Maluf, o candidato da continuidade do regime militar.

Otto Lara Resende não está mais conosco, mas a necessidade de alguém que exclame “farol alto” permanece, quiçá até com mais gravidade. Onde tínhamos um amplo consenso entre grandes líderes e na sociedade, hoje, temos uma desarrazoada polarização entre Lula e Jair Bolsonaro. Onde podíamos ter começado a construir partidos políticos sérios, hoje, temos uma miríade

de interesses de duvidosa legitimidade. Quando nos imergimos na esperança de mudanças que deveriam vir com a Constituinte, Suas Excelências partilharam uma Carta contra a maioria das reformas necessárias e, ela mesma, virtualmente irreformável.

A julgar pelas últimas cogitações sobre a questão fiscal trazidas a público, a hipótese de um minúsculo superávit nas contas públicas ficou para 2026, ou seja, para o final do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Daria para sorrir, não fora a também irreformável mania de que nossa economia só conseguiria crescer por meio de (inexistentes) recursos públicos.

No quadro descrito e no curto prazo, é cabível supor que não desembocaremos numa guerra civil ou em alguma monstruosa anarquia. Essa, entretanto, é uma hipótese que só um obtuso incapaz de visualizar um horizonte de 15 ou 20 anos descartaria sem a devida reflexão. Até porque, enfrentar desafios não é o nosso forte. Cabe, aqui, uma analogia com o conceito de produtividade em economia. Se cada cidadão dotado de recursos (pecuniários, educacionais, de liderança ou qualquer outro que se queira cogitar) se dispuser a participar mais e, assim, substituir nossos amebianos partidos políticos, o futuro quiçá nos seja relativamente ameno. Se não, ele pertencerá a Deus, como sempre pertenceu. ●

SÓCIO-DIRETOR DA AUGURIUM CONSULTORIA, É MEMBRO DAS ACADEMIAS PAULISTA DE LETRAS E BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estadao.com

Oriente Médio

Uma imagem em Gaza

A trágica foto que foi premiada pela World Press Foto 2024, entre 61 mil fotos, retrata Inas Abu Maamar abraçando o corpo da sua sobrinha Saly, de apenas 5 anos, morta junto com sua mãe e sua irmã em Khan Yunis, depois de um míssil israelense atingir sua casa. O fotógrafo, Mohammed Salem, descreveu a cena como “um momento muito forte e triste”. Mesmo com toda a matança e destruição em Gaza, Benjamin Netanyahu e seu violento time ainda prepararam a invasão a Rafah, apesar de todos os apelos em contrário, inclusive de Joe Biden. Horror? Vergonha? A foto fala por si.

Omar El Seoud
São Paulo

Irã x Israel

Por que será que ninguém afirmou, até agora, que o Irã teve uma reação desproporcional no ataque a Israel?

Luiz Frid
São Paulo

Congresso Nacional

Trabalho perdido

A PEC do Quinquênio, que pretende conceder um bônus de 5% no salário das carreiras da magistratura e do Ministério Público a cada cinco anos, é mais uma atrocidade tipicamente brasileira, e tende a acabar com um belíssimo trabalho iniciado pelo governo Fernando Henrique Cardoso no sentido de moralizar a folha de pagamento do funcionalismo público. É impensável e inaceitável que os profissionais mais bem pagos pelo Estado brasileiro, como são os integrantes do Poder Judiciário, recebam de bandeja um presente generoso, que tende a eliminar todo o esforço da equipe econômica em tornar as contas públicas nacionais mais saudáveis e sustentáveis. Os deputados e senadores deveriam se envergonhar de defender votar algo dessa natureza. Vamos conceder um benefí-

cio imoral e financeiramente insustentável sem qualquer embaçamento técnico, contrapartida ou duração ou alcance limitado. Estão analisando um texto que, na prática, abre as portas para a ganância. Estamos, literalmente, servindo de súditos aos funcionários públicos que se sentem, com razão, como reis, rainhas e imperadores.

Willian Martins
Guararema

O Estado deles

Ao que tudo indica, o Senado admira muito o Judiciário brasileiro, como nos mostrou a matéria *PEC do Quinquênio avança e é ampliada; governo estima impacto de R\$ 42 bilhões/ano* (Estado, 18/4, A6). Afinal, serão novamente aumentados os vencimentos estratosféricos dos membros do nosso Judiciário, que já é de longe o mais caro do mundo. O Brasil não parece viver num Estado de Direito, mas no Estado do Direito.

José Elias Laier
São Carlos

Igualdade

Um absurdo a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado ter aprovado a PEC do Quinquênio para uma casta já privilegiada com benefícios que nenhum outro brasileiro tem. Pela igualdade de direitos, proponho criar, sim, uma PEC do quinquênio para os aposentados, que a cada ano têm seus vencimentos dilapidados a ponto de mal conseguirem comprar remédios.

Sylvio Ferreira
São Paulo

Elon Musk

Fino humor

Muito bom o artigo do jornalista Eugênio Bucci *Um vilão de 'James Bond' estreia na política* (Estado, 18/4, A5). É a prova de que é possível manter o bom humor, mesmo em situação tão deprimente como a da política brasileira. Principalmente quando esse humor é fino e criativo.

Mário Marinho
São Paulo

Trânsito

Impunidade

No Brasil, anualmente, mais de 30 mil vidas são ceifadas nos acidentes de trânsito. A maioria deles é causada por excesso de velocidade, embriaguez ou imprudência dos motoristas. Nesse sentido, se alguém, conduzindo um veículo com excesso de velocidade ou embriagado, matar alguém, mesmo processado, dificilmente cumprirá pena na cadeia. Muitos causadores desses acidentes, via de regra, não são presos em flagrante, eis que as mortes nos termos da lei penal são classificadas como homicídio culposo, e em muitos casos são aplicadas penas restritivas de direitos. Assim, para os parentes das vítimas, resta a sensação de impunidade, pois o que eles desejam é a justa punição do responsável pela morte e a devida indenização pelos danos causados.

J. Francelino do Nascimento
São Paulo